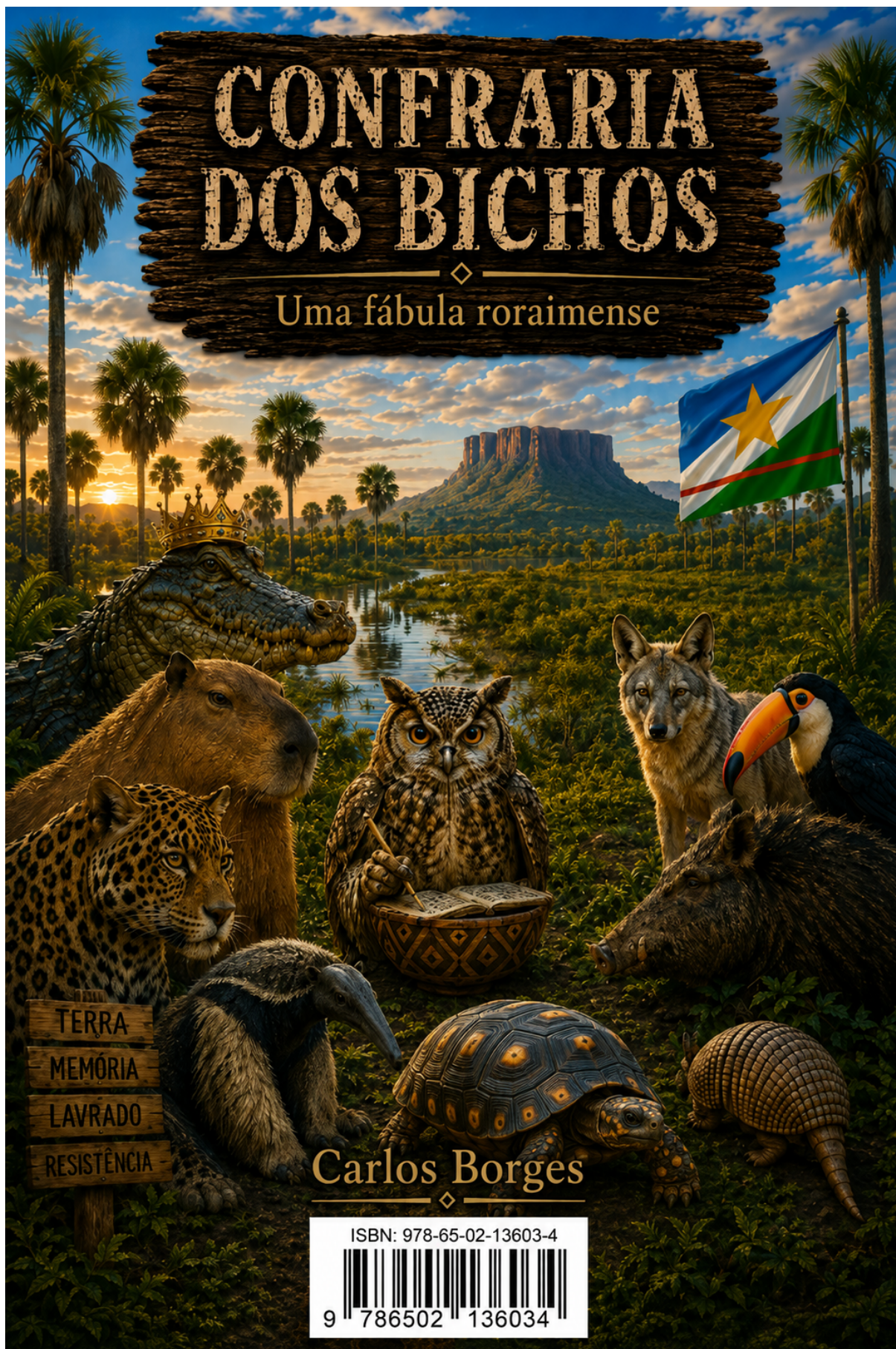


CONFRARIA DOS BICHOS

Uma fábula roraimense



Carlos Borges

ISBN: 978-65-02-13603-4



9 786502 136034

FICHA CATALOGRÁFICA

B732c Borges, Carlos

Confraria dos bichos: uma fábula roraimense / Carlos Borges. – Boa Vista :
Publicações Interdisciplinares, 2026.

39 p. : il.

ISBN 978-65-02-13603-4

1. Ficção brasileira.
2. Fábula política.
3. Patrimonialismo.
4. Corrupção política – Roraima.
5. Alegoria social.
6. Literatura amazônica.
- I. Título.

Publicações Interdisciplinares

Boa Vista, 2026.

CDD 869.93

Aponte a câmera aqui



*Os porcos não se distinguiam mais dos homens.
Os animais olhavam de um para o outro, do
porco para o homem, do homem para o porco —
e já não conseguiam dizer quem era quem.*

— George Orwell, A Revolução dos Bichos

*No patrimonialismo, a administração pública
tende a se confundir com os interesses pessoais
do governante, reduzindo a distinção entre
esfera pública e privada.*

— Max Weber, Economia e Sociedade

DRAMATIS ANIMAE

(Os Bichos da Confraria)

Animais do Lugar

Cuia — Capivara fêmea, velha, memória viva da terra e voz da consciência coletiva.

Dom Jacinto — Jacaré-coroa ancião, guardião das águas, lembra dos governadores de fora.

Sombra — Sussuarana, guarda silenciosa do lavrado, representa o poder que não se mostra.

Sabença — Coruja professora, cronista da Confraria, escreve tudo numa casca de tucumã.

Mandu — Tamanduá-bandeira, servidor público honesto, faz seu trabalho em silêncio.

Queixo — Queixada mais velho, líder dos trabalhadores, voz rouca do lavrado.

Manequinho — Veado-catingueiro, jovem servidor assustado que vê tudo e cala.

Preguiça — O bicho-preguiça, eleitor paciente que aceita qualquer promessa.

Grifo — Lobo-guará da Polícia Federal, vem de longe para investigar.

Os Tucanos — A imprensa, que canta às vezes e cala às vezes.

A Rainha das Águas — Sucuri, poder oculto que se enrola lentamente.

Animais de Fora

Coronel Brigadeiro Baio — Cavalo lavradeiro, veio de Petrolina, Pernambuco, ainda domado, tornou-se selvagem. Último governador nomeado e primeiro eleito da Confraria.

Doutor Caracará — Caracará nativo que estudou em Belém, sucessor do Coronel Brigadeiro. Disse "Roraima é nossa" e construiu estradas com ouro de todos.

A Ema — Esposa do Governador, ave de pescoço longo, nomeada guardiã das contas.

Dourado — Mico-leão-dourado, político de pelo brilhante, senador cheio de talento para o desaparecimento de moedas.

Ferrão — Javali do garimpo, cultura do enriquecimento súbito, não acredita em lei.

Jabuti das Estações — Jabuti-tinga do lavrado, andar lento e casca dura, atravessa décadas e governos sem nunca mudar de passo.

O General Touro — Representante do governo central, veio de Brasília.

Os Donos do Horizonte — Corporação dos grãos, bichos de escritório em São Paulo e fazenda em Roraima.

Os Cachicamos — Migrantes venezuelanos. Chegaram pela estrada de Pacaraima com o que cabia num saco plástico.

Os Gafanhotos — Não são personagens. São a praga: nomes sem corpo, assinaturas sem rosto, salários sem trabalho.

APRESENTAÇÃO

Há mais corrupção documentada em Roraima do que cabe em qualquer romance.

Nas últimas quatro décadas, o estado acumulou operações da Polícia Federal, processos judiciais, relatórios de controle e reportagens em número suficiente para preencher um arquivo inteiro — não uma fábula. Diante desse volume, a primeira decisão deste livro não foi o que contar, mas o que deixar de fora.

Confraria dos Bichos ficciona treze episódios. Cada um corresponde a um caso real, documentado, verificável nas fontes que o originaram — mas treze é uma fração pequena diante do total. Dezenas de outros escândalos, igualmente graves, igualmente instrutivos, não estão aqui. Não por serem menos importantes, mas porque uma fábula, ao contrário de um dossiê, não cresce por acumulação: cresce por seleção. Cada caso incluído precisou justificar sua presença — não pela gravidade isolada, mas pelo que revela sobre um padrão que se repete, com nomes e bichos diferentes, há mais de trinta anos.

O leitor que conhece a história recente de Roraima talvez reconheça alguns rastros. Reconhecerá também, espero, as lacunas — os casos que faltam, os nomes que não viraram bicho algum. Essas ausências não são esquecimento: são o espaço que sobra depois de qualquer narrativa terminar de contar o que pôde. A corrupção, aqui, não é retratada como acontecimento raro nem como exceção pontual — é retratada como paisagem. E paisagens não cabem inteiras em nenhum quadro, por maior que seja a tela.

Este livro segue a tradição de Orwell: bichos que fazem o trabalho que a linguagem direta, sozinha, não consegue. Mas onde A Revolução dos Bichos condensava um só regime numa só fazenda, Confraria dos Bichos precisou se espalhar por treze capítulos e oitenta e três anos só para dar conta de uma fração do que a pesquisa documentou. Se um dia alguém escrever o inventário completo, este livro terá sido, na melhor das hipóteses, seu primeiro capítulo.

Boa leitura — e boa desconfiança.

I. O TEMPO DO TOURO

(1943 – 1987)

*Por quarenta e cinco anos, o que se viu foi a negação da
autonomia.*

— Do artigo que originou esta fábula

Antes de qualquer Confraria, antes de qualquer eleição, havia apenas o rio.

O rio Branco descia do encontro das águas do Tacutu e do Uraricoera como se não tivesse pressa de encontrar o Rio Negro, e nos dois lados do rio viviam os bichos da terra: as capivaras nos barrancos lamosos, os jacarés-coroa nas corredeiras, os veados nas clareiras, os tamanduás entre as murundus do lavrado, as corujas nos ocos das maçarandubas. Viviam sem precisar de nomes para as coisas — o lavrado era o lavrado, a chuva era a chuva, e a lei era apenas a lei do mais velho.

O mais velho era Dom Jacinto.

Ninguém sabia ao certo quantos anéis tinha o seu couro, mas todos concordavam que Dom Jacinto havia visto os primeiros soldados chegarem pelo rio em canoas cobertas de lona, trazendo um papel dobrado que chamavam de *decreto*. Os soldados disseram que o lavrado agora tinha um nome — Território Federal do Rio Branco, — e que um homem viria governá-lo em nome de outro homem que morava muito longe, em uma cidade sem árvores.

— *Território*, — disse Dom Jacinto, saboreando a palavra como se testasse a dureza de um osso. — Isso quer dizer que não somos donos de nada.

E de fato não eram.

Mas aí, por uma decisão administrativa, passaram a chamar o lugar de Território Federal de Roraima.

Durante quarenta e cinco anos, vieram quinze governadores diferentes. Chegavam pelo avião, ficavam em média dezesseis meses, iam embora. Cada um trazia seus costumes, seus amigos, seus compadres. Construíam alguma coisa, derrubavam outra. Os bichos locais aprenderam a não se apegar: as obras não terminavam, as escolas não tinham professores, os hospitais não tinham remédios. O Território era uma promessa renovada a cada novo governador, como o sol que nasce todo dia sem nunca aquecer o suficiente.

Dom Jacinto observava tudo das margens.

— Um governador que chega sem raiz — ele dizia à Cuia, a capivara que sempre se sentava ao seu lado no barranco — é como um gavião que pousa num galho fraco. Come o que consegue e vai embora antes que o galho quebre.

A Cuia concordava sem dizer muito. Ela era jovem ainda, mas já entendia que o silêncio era a única propriedade que os bichos do lugar realmente possuíam.

Naqueles anos, os únicos que prosperavam eram os fazendeiros dos lavrados, donos de gado e de terra sem escritura além da força dos vaqueiros. E os garimpeiros. No começo, os de diamantes; depois, os do ouro.

Ferrão chegou no tempo da grande febre do diamante, quando o rio Cotingo virou um lamaçal dourado de esperança e quando se extraía pedra também na serra do Tepequém — aquela chapada suspensa nos céus como uma herdeira esquecida dos tepuis. Era um javali do Pará, focinho largo, casco duro, sempre cheirando a areia e cascalhos. Ferrão não vinha para ficar — vinha para pegar e ir embora. Mas ficou. Porque o diamante acabou antes do apetite.

— No garimpo — ele ensinava aos mais jovens, reunidos em torno do fogo — não existe lei, só sorte. Quem chegar primeiro, come. Quem hesitar, fica com o buraco vazio.

Essa filosofia se espalhou pelo lavrado como fumaça de queimada: lenta, mas cobrindo tudo.

E foi nesse cheiro de fumaça, areia e lama que os bichos do lavrado chegaram ao ano de 1987, na véspera de uma mudança que nenhum deles compreendia ainda, mas que prometia — diziam os pássaros mensageiros que vinham do Sul — mudar tudo.

* * *

O último governador do Território chegou num avião pequeno, em plena estiagem. Trouxe consigo um emissário de Brasília — o General Touro, bovino de chifres polidos, uniforme impecável, que carregava uma pasta de couro cheia de papéis.

O General Touro reuniu os bichos na praça central de Boa Vista e anunciou:

— A partir do próximo ano, pela graça da nova Constituição, este Território será um Estado. Vocês terão governador eleito. Terão Assembleia. Terão Tribunal de Contas. Serão, enfim, livres.

Houve um silêncio longo. Depois, a Coruja Sabença, que estava no galho mais alto da mangueira com um pedaço de casca de tucumã nas garras, perguntou:

— Livres de quê, exatamente?

O General Touro não soube responder.

II. A GRANDE CONSTITUIÇÃO

(1988)

*A transformação jurídica de território em estado não foi
suficiente para apagar as marcas de uma formação
administrativa centrada na tutela.*
— Do artigo que originou esta fábula

A notícia chegou ao lavrado carregada pelo vento chamado Cruviana, em outubro de 1988.

Uma constituição havia sido promulgada. Uma constituição nova, diziam os tucanos que vinham do Sul agitando as asas coloridas — *a constituição cidadã, a redemocratização, o fim do regime*. Palavras que soavam como nomes de remédios que ninguém da região havia ainda experimentado.

Dom Jacinto saiu da água quando soube. Ficou parado no barranco por um longo tempo, os olhos amarelos fixos no horizonte onde o lavrado encontra o céu sem árvores.

— O problema — ele disse finalmente — não é ganhar a liberdade. O problema é que não nos ensinaram a usá-la.

A Cuia, ao seu lado, olhou para os outros bichos que se reuniam na margem: as queixadas em fila, os veados atrás das touceiras, os macacos nos galhos, todos esperando que alguém explicasse o que devia ser feito.

— Precisamos de uma Confraria — disse a Coruja Sabença, descendo do galho com sua casca de tucumã. — Uma assembleia de todos os bichos. Um lugar onde decidamos juntos.

A ideia agradou.

Naquela mesma semana, na curva larga do igarapé do Carrapato, onde as capivaras costumavam beber ao entardecer, os bichos do lavrado se reuniram pela primeira vez sem governador nomeado, sem decreto federal, sem General Touro de pasta na mão. Estavam apenas eles — e o rio, que corria indiferente, como sempre.

A Sabença subiu no tronco caído de um angelim-pedra e anunciou os Sete Mandamentos da Confraria:

OS SETE MANDAMENTOS DA CONFRARIA DOS BICHOS

- I.** Todo bicho do lavrado é igual.
- II.** O bem público é de todos e não pode ser guardado em toca privada.
- III.** Nenhum bicho que governe pode nomear parente para fiscalizar sua própria gestão.
- IV.** Não existirá bicho que trabalhe sem aparecer, que apareça sem trabalhar, ou que receba sem servir.
- V.** As contas do erário serão abertas a todo bicho que queira vê-las.
- VI.** Nenhum bicho eleito estará acima da lei da Confraria.
- VII.** Quem roubar o pasto comum será expulso do lavrado para sempre.

Os bichos aplaudiram com as patas, as garras, os focinhos. Dom Jacinto, no entanto, ficou quieto.

— São belas palavras — disse ele. — Mas palavra em casca de tucumã apodrece na primeira chuva.

Ninguém deu atenção ao velho jacaré.

III. O CORONEL BRIGADEIRO E O DOUTOR CARACARÁ

(1990 – 2002)

A primeira eleição para governador ocorreu em 1990, em um contexto marcado pela fraca institucionalização partidária e pelo predomínio de lideranças personalistas.
— Do artigo que originou esta fábula

O Coronel Baio não nasceu no lavrado.

Ele veio de Petrolina, Pernambuco, ainda com as marcas do arreio — um cavalo de crina comprida, bem alimentado, com o olhar daqueles que aprenderam a galope a diferença entre pastagem e proprietário. Chegou a Roraima porque havia sido nomeado o último governador do Território — o décimo quinto, o da despedida — e quando o cargo acabou, a terra ficou. Ficou ele, e trouxe consigo outros bichos da terra de onde viera: para eles distribuiu lotes, pastos e tocas com a generosidade calculada de quem sabe que favor dado é voto guardado. O Coronel virou Brigadeiro, esqueceu o cheiro do curral e se tornou lavradeiro: selvagem na aparência, senhor na substância.

Quando a Confraria organizou sua primeira eleição, em 1990, o Coronel Brigadeiro Baio já era o bicho mais conhecido do lavrado. Tinha terra, tinha amigos nas fazendas, tinha os garimpeiros do lado e uma leva de bichos maranhenses que o admiravam com a lealdade de quem deve a toca onde dorme. E tinha, principalmente, aquela qualidade que os mais velhos chamavam de presença — a capacidade de preencher uma clareira só de aparecer. Sabia falar a língua dos bichos.

Seus concorrentes eram uma cotia de óculos que falava de orçamento, um lobo-guará vindo de Manaus que prometia infraestrutura, e o Tamanduá-bandeira Mandu, que era honesto como sempre foi e por isso não tinha chance nenhuma.

— Por que o Mandu não ganha? — perguntou certa vez Manequinho, o veado-catingueiro jovem, a Dom Jacinto.

— Porque bicho honesto não assusta ninguém e não promete nada que o outro queira ouvir — respondeu o velho jacaré. — E porque promessa de organização não brilha como promessa de carne.

O Coronel Baio venceu com folga.

* * *

No primeiro discurso como governador eleito, o Coronel Brigadeiro Baio subiu no tronco do angelim-pedra — o mesmo onde a Coruja Sabença havia proclamado os Mandamentos — e falou por uma hora e meia sobre autonomia, dignidade e o orgulho de ser roraimense. Cada animal presente se sentiu, por um instante, mais alto.

A Cuia, que havia chorado na eleição de tão emocionada, diria mais tarde que aquele discurso era como o primeiro banho de rio depois de uma seca longa: a água parecia nova mesmo que fosse a mesma de sempre.

Os primeiros anos foram de construção. O Coronel Brigadeiro criou secretarias, nomeou assessores, montou o Tribunal de Contas, instalou a Assembleia. Chamou os bichos nativos para perto — os jacarés, as capivaras, os caracarás do lavrado — porque sabia que governar terra alheia com mãos de fora cansa mais do que rende. A Confraria ganhava corpo, e esse corpo tinha, pela primeira vez, cheiro de lavrado.

Quando seu tempo acabou, o Coronel Brigadeiro fez o que fazem os que querem continuar existindo no poder depois de sair dele: escolheu o sucessor. Era um Caracará que havia ido estudar em Belém — o único bicho nativo a ter diploma de cidade grande, engenheiro — e voltara com a fala polida e os olhos ainda rápidos de quem nasceu caçando no lavrado. Chamava-se simplesmente o Doutor Caracará, e o Coronel Brigadeiro o apresentou à Confraria como quem apresenta uma criação própria.

No primeiro discurso, o Doutor Caracará subiu no mesmo tronco de angelim-pedra e disse apenas quatro palavras que os bichos do lavrado repetiram por semanas:

— *Roraima agora é nossa! Dos roraimenses de verdade.*

Houve choro. Houve abraços. Dom Jacinto ficou quieto.

Os primeiros anos do Doutor Caracará foram de obras. Estradas cortaram o lavrado onde antes havia só trilha de anta. Pontes cruzaram igarapés que a canoa levava um dia inteiro. Escolas surgiram em lugares que nunca tinham visto quadro-negro. O Doutor Caracará voava de inauguração em inauguração com aquela agilidade característica da espécie, pouso certo, olhar calculado.

Mas a Coruja Sabença, que registrava tudo em sua casca de tucumã, começou a notar os números com a mesma precisão silenciosa com que ela notava o roçar das asas de um besouro no escuro. Uma estrada que deveria custar cem moedas custava trezentas. Uma ponte de

cinquenta custava cento e quarenta. Uma escola de vinte custava sessenta — e às vezes nem era construída, apenas prometida em papel timbrado.

E junto às obras vieram os Gafanhotos — não os velhos, que o Coronel Brigadeiro havia deixado como herança involuntária, mas uma geração nova, vinda de fora, que farejou o cheiro de cimento e dinheiro federal e chegou de mansinho, misturando-se aos bichos nativos que o Doutor Caracará havia convocado sob o lema de que Roraima era deles.

— *Roraima é nossa* — repetia Dom Jacinto, no barranco, com um sorriso que não era sorriso.

— Depende muito do que se entende por *nossa*.

As nomeações iam para aliados. Os contratos iam para empreiteiros de fora com escritório de fachada na cidade. As comunidades que votaram no Doutor Caracará recebiam asfalto; as que não votaram recebiam promessas renovadas a cada visita.

— Está acontecendo a mesma coisa de antes — disse a Sabença a Dom Jacinto.

— Não — corrigiu o jacaré. — Antes era de fora para dentro. Agora é de dentro para dentro. É pior.

IV. A PRAGA DO EGITO

(1995 – 2003)

Cerca de seis mil funcionários fantasmas foram incluídos na folha estadual, desviando mais de R\$ 230 milhões em transferências federais.

— Do artigo que originou esta fábula

Sabe-se quando os primeiros Gafanhotos chegaram: vieram com o Coronel Brigadeiro, discretos como vêm os parasitas, escondidos entre os compadres e os indicados de confiança. Eram poucos então — centenas, talvez — e se confundiam com as nomeações legítimas que qualquer governo faz. Ninguém contou. Ninguém achou necessário contar.

Foi com o Doutor Caracará que a praga virou praga de verdade.

Chegaram como chegam as segundas ondas: não com o estrondo da primeira, mas com a naturalidade de quem já tem endereço. Misturaram-se aos bichos nativos que o Caracará havia convocado sob o lema de que Roraima era deles. E de fato era — só que nem todos os que diziam *nossa* falavam da mesma Roraima.

A Coruja Sabença foi a primeira a notar. Estava folheando as listas de nomes que apareciam nas folhas de pagamento da Confraria quando se deparou com um nome que não reconhecia: *Fulano das Neves, Secretaria de Saúde, salário 3.000 moedas.*

— Quem é Fulano das Neves? — perguntou ela a Mandu, o tamanduá-bandeira que cuidava das fichas de pessoal.

— Não sei — disse Mandu, coçando o focinho comprido. — Nunca o vi trabalhar.

Procuraram Fulano das Neves nas salas da Secretaria. Nas filas do refeitório. Nos registros de ponto. Não estava em lugar nenhum.

Fulano das Neves era um Gafanhoto.

Nos meses seguintes, a Coruja Sabença encontrou mais: *Beltrana dos Santos, Secretaria de Educação; Ciclano Ferreira, Assessoria Especial; Maria Ninguém, Coordenadoria de Recursos Humanos.* Nomes sem rostos, assinaturas sem donos, corpos que nunca apareceram, mas cujos salários eram depositados pontualmente todo dia trinta. Cada obra inaugurada pelo Doutor Caracará vinha acompanhada de uma ninhada nova: quanto maior a ponte, mais Gafanhotos na folha.

Seis mil deles. Seis mil Gafanhotos espalhados por todas as secretarias do governo estadual como ovos invisíveis chocados na sombra da burocracia — metade herdada do Coronel Brigadeiro, metade gerada pelo próprio calor das obras do Caracará.

* * *

A operação era gerida por uma empresa chamada NSAP — cujo dono era um gavião-de-asalarga que trabalhava nos fundos do palácio do governo. A empresa recrutava bichos pobres, sobretudo capivaras das periferias e veados das beiras de estrada, e os ensinava a assinar documentos, a ceder procurações, a comparecer uma vez por mês para pegar duzentas moedas de um salário de três mil.

— Por que eles topam? — perguntou Manequinho à Cuia.

A Cuia suspirou como só as mais velhas sabem suspirar — com todo o peso acumulado de anos de paciência.

— Porque duzentas moedas são duzentas moedas quando você não tem nenhuma. Porque quando o bicho está com fome, não tem luxo de ser honesto.

Os 75% dos gabinetes da Assembleia estavam envolvidos. O Tribunal de Contas estava infestado. A Polícia Civil tinha Gafanhotos nos próprios quadros. Era uma praga do Egito ao contrário: em vez de devorar o trigo, devorava o futuro — porque cada moeda sugada pelos Gafanhotos era uma moeda que não chegava ao hospital, que não chegava à escola, que não chegava à estrada de terra batida onde os veados esperavam o ônibus que nunca vinha.

* * *

A Operação Praga do Egito chegou numa madrugada de 2003.

O Lobo-Guará Grifo havia sido destacado da Polícia Federal do Sul para investigar denúncias anônimas que chegavam por carta à sede nacional. Grifo era um bicho de poucas palavras e olhar cirúrgico — carregava um caderno preto onde anotava tudo com letra miúda e não se impressionava com nada porque já havia visto a maioria das coisas que bichos fazem uns aos outros.

Cinquenta e três bichos foram presos no mesmo dia. A Assembleia ficou mais vazia que lavrado na estiagem. O dono da NSAP foi encontrado com três malas de documentos tentando embarcar no aeroporto.

E o Doutor Caracará — aquele que havia subido no angelim-pedra dizendo *Roraima é nossa* — ficou preso em sua toca. Os advogados disseram que era doença. Os médicos assinaram papéis. A toca tinha varanda, jardim e sinal de televisão a cabo.

A Cuia ficou sentada no barranco durante toda a tarde, olhando o rio.

— Acabou — disse Manequinho, aliviado.

— Começou — corrigiu Dom Jacinto.

E o velho jacaré tinha razão. Dos cinquenta e três presos, a maioria ficou solta em menos de um ano. Os processos se arrastaram. Os advogados multiplicaram os recursos. O tempo fez o que o tempo sempre faz quando se tem dinheiro suficiente para comprá-lo: desmanchou a urgência, embotou a memória, transformou o escândalo em episódio.

Não demorou muito para que o Doutor Caracará reaparecesse. Primeiro foram rumores: um tucano jornalista disse tê-lo visto correndo entre os buritizais da beira do rio, ágil como se a toca nunca tivesse existido. Depois vieram as fotografias — o Caracará passeando em parques de bichos africanos na Itália, do outro lado do oceano, penas bem tratadas, olhar satisfeito diante de leões e elefantes que jamais haviam ouvido falar em Operação Praga do Egito. A doença, ao que parecia, não impedia safáris.

A Coruja Sabença registrou tudo na casca de tucumã sem comentário, porque não havia comentário que acrescentasse algo ao fato em si.

Dez anos depois, alguns dos Gafanhotos ainda aguardavam julgamento. Vinte anos depois, condenações apenas começavam a sair. E o Coronel Brigadeiro Baio, que havia escolhido o Caracará e entregado a ele o lavrado como se entrega uma fazenda a um filho adotivo, continuou na política — em outros cargos, com outros nomes, mas com a mesma presença que preenchia as clareiras.

Dom Jacinto, que havia visto tudo desde o banco de areia, fechou os olhos.

— No lavrado — murmurou — o único bicho com memória longa é o jacaré.

V. O JABUTI DAS ESTAÇÕES E A REPRESA DAS EMENDAS (2022)

O poder que não precisa de pressa é o mais difícil de provar.
— Do artigo que originou esta fábula

Os bichos mais velhos do lavrado sabiam ler o rastro do jabuti sem precisar vê-lo. Era uma marca própria, diferente da trilha de qualquer outro: um risco contínuo na vegetação rasteira, baixo, arrastado, que podia levar dias para se formar. Significava sempre a mesma coisa. Um macho perseguindo uma fêmea. Devagar. Sem descanso. Até que ela parasse.

— Ele não corre atrás — dizia a Cuia, que havia crescido vendo essas marcas. — Ele só não para.

O Jabuti das Estações tinha esse mesmo jeito de andar pela vida pública. Havia chegado ao lavrado ainda jovem, nomeado por decreto de longe, e nunca mais saía. Trocavam-se os governos da Confraria — um bicho diferente a cada estação, cada um jurando ser diferente do anterior — e o Jabuti continuava ali, na mesma casca, no mesmo ritmo, como se as estações fossem coisa que acontecia aos outros.

Sua marca no território não eram rastros na vegetação. Eram convênios.

A Coruja Sabença começou a sentir o cheiro antes de entender o padrão. Era um odor antigo, de papel úmido e promessa não cumprida. As prefeituras pequenas do lavrado — as que mais precisavam, as que menos tinham — dependiam de dinheiro que vinha de longe, aprovado em Brasília, destinado a estradas, postos de saúde, escolas. O dinheiro passava, na teoria, por um cano reto. Na prática, passava por uma represa. E quem controlava a comporta era o Jabuti.

— A obra não anda — reclamou um prefeito pequeno, do interior, numa das rodas que a Sabença frequentava disfarçada de curiosidade. A voz dele saía rouca, como quem já havia dito a mesma frase demais vezes. — O dinheiro tá aprovado. Só não sai.

A Sabença esperou.

O prefeito não respondeu com palavras. Esfregou dois dedos, um contra o outro, o gesto mais antigo do lavrado. O som seco dos dedos ficou no ar mais tempo que a conversa.

Ela passou meses acompanhando o padrão antes de escrever qualquer coisa na casca. Não era um convênio. Eram dezenas. Empresas de engenharia — sempre as mesmas três ou quatro, girando entre si como quem reveza no mesmo carrossel — venciam licitação atrás de licitação nas prefeituras que haviam recebido a bênção do Jabuti. Uma parte do valor de cada obra, antes

de virar asfalto ou tijolo, virava outra coisa: um envelope entregue por um parente, um repasse disfarçado de consultoria, uma doação de campanha que ninguém pedira em voz alta, mas que todos sabiam ser condição.

Quando um prefeito tentava andar sem pagar o pedágio, a comporta simplesmente não abria. A obra ficava aprovada no papel, girando em portaria, enquanto a população do município via o posto de saúde continuar sem telhado e o mato subir pelas paredes pela segunda estiagem seguida.

A Sabença começou a sonhar com comportas.

Foi então que os rastros mais antigos vieram à tona, como ossos que a chuva expõe depois de muitos anos enterrados. Havia uma época em que o Jabuti ainda carregava pastas de ministério. Numa delas, diziam os tucanos mais velhos, havia aparecido o cheiro de fazendas que existiam só no papel — terras sem cerca, sem gado, sem ninguém, usadas para quitar empréstimos que nunca deveriam ter sido feitos. O Jabuti saía daquela pasta em silêncio, como quem troca de casca sem precisar explicar a troca. Ninguém falara alto. A vegetação cobrira.

Anos depois, quando as gravações de uma operação nacional começaram a circular, ouviu-se a voz dele. Calma. Quase paternal. Sugerindo, com a paciência de quem já atravessara muitas estações, que era preciso “estancar a sangria”. A frase correu o lavrado como fumaça de queimada no fim da tarde: lenta, inevitável, entrando por todas as frestas. O Jabuti fora afastado do cargo que ocupava então. Recolhera a cabeça para dentro da casca, esperara a tempestade passar e voltara a andar no mesmo ritmo de sempre.

Agora, em 2022, o Lobo-Guará Grifo batia às portas de prefeituras do interior carregando mandados. A Sabença soube na mesma manhã. Estava no tronco do angelim-pedra quando o vento trouxe a notícia. O esquema que a Polícia Federal investigava movimentava mais dinheiro do que qualquer bicho do lavrado conseguia imaginar de uma só vez — quinhentos milhões de moedas em convênios e licitações firmados ao longo de anos. Empresas que sempre venciam. Propinas que sempre encontravam caminho. E, no centro do rastro, novamente o mesmo nome.

Grifo, quando finalmente falou com a Sabença, não levantou a voz. Apenas abriu o caderno preto e mostrou uma página.

— Ele nunca pega o dinheiro com a própria pata — disse. — Isso é o que torna difícil. Tudo passa por outro. Por um parente. Por uma empresa que existe só o tempo suficiente. Por um prefeito que precisa demais.

A Sabença olhou para a página. Depois olhou para o rio.

— E agora?

Grifo fechou o caderno.

— Agora a gente segue o rastro. Mas o rastro do jabuti não mostra o jabuti. Mostra só que ele passou.

Naquela noite a Coruja não escreveu. Ficou longas horas com a pena suspensa sobre a casca de tucumã, ouvindo o barulho seco da estiagem e o rio baixo que corria como se nada estivesse acontecendo. Pela primeira vez em muitos anos sentiu algo parecido com medo — não do Jabuti, mas da paciência dele. Da certeza tranquila com que ele esperava a próxima estação.

Dom Jacinto, que apareceu sem ser chamado, olhou a casca em branco e murmurou:

— Tem bicho que a gente só alcança quando já está cansado de correr. E mesmo assim ele continua andando.

A Sabença baixou a pena, finalmente, e escreveu uma única linha:

O rastro do jabuti não mostra o jabuti. Mostra só que ele passou. Prová-lo ali é o trabalho de quem sabe ler o que a vegetação esconde — e de quem ainda tem fôlego para continuar lendo quando a vegetação já começou a crescer de novo.

VI. O JABUTI DAS ESTAÇÕES E O RASTRO QUE A VEGETAÇÃO COBRIU (2026)

*O dinheiro que chega e não constrói deixa,
no lugar da obra, uma pergunta.*

— Do artigo que originou esta fábula

Passaram-se anos. O lavrado trocou de estação outra vez — e outra, e outra — sem que o Jabuti das Estações trocasse de lugar.

Ele já não controlava sozinho a represa de antes. O sistema havia se espalhado, ganhado outros nomes, outras formas. Agora chamavam de “emendas” o dinheiro que vinha direto de Brasília para as prefeituras pequenas, sem precisar passar pela mão de nenhum governo estadual. Uma torneira nova, mais discreta, mais difícil de rastrear, porque cada bicho da Assembleia Federal tinha a sua própria, individual, sem precisar prestar contas a ninguém além de si.

O Jabuti, veterano de tantas estações, sabia usar torneira nova como se fosse a antiga.

Em dois municípios pequenos do lavrado — os que menos apareciam no mapa, os que mais precisavam — o dinheiro chegou em quantidade que ninguém ali jamais havia visto. Dezenas de milhões, prometidos para estradas, para iluminação, para uma unidade que levaria dentista a quem nunca tinha visto um. As prefeituras anunciaram com festa. Colocaram placas. Discursaram sob o sol forte, prometendo que desta vez seria diferente.

Depois, o silêncio.

A Cuia, que tinha parentes num desses municípios, foi visitar a obra da unidade móvel de saúde dois anos depois do anúncio. Saiu de madrugada, atravessou o lavrado ainda escuro, chegou quando o sol já ia alto. O que encontrou não era uma obra parada. Era uma ausência.

Havia uma fundação de concreto, sozinha num terreno, com o mato já subindo pelas frestas — o mesmo tipo de vegetação rasteira que, em outro lugar do lavrado, guardava a marca da perseguição de um jabuti atrás de uma fêmea. Só que ali não havia rastro de passagem nenhuma. Havia só abandono. A vegetação não registrava um caminho. Registrava o fato de que ninguém tinha voltado àquele lugar desde que o dinheiro chegara.

A Cuia ficou parada diante da fundação por um tempo longo. O vento movia o mato com um barulho seco, insistente. Ela se agachou, tocou o concreto rachado com a pata. Estava quente.

— Cadê a ambulância que prometeram? — perguntou a um vizinho que observava de longe.

O vizinho deu de ombros. Olhou para o chão.

— Compraram. Em outro lugar. Não sei se chegou a rodar aqui.

Todas as licitações da prefeitura, descobriu-se depois, tinham ido para uma única empresa — sempre a mesma, sempre vencedora, mesmo quando concorria sozinha. A Controladoria da Confraria, revisando os números, encontrou o padrão repetido no município vizinho: dinheiro em fatura, obras paralisadas, contratos concentrados, transparência nenhuma.

Quando a Justiça da Confraria finalmente autorizou busca nas duas prefeituras, o nome do Jabuti das Estações apareceu de novo nos relatórios — não como autor direto do desvio local, mas como o bicho cuja indicação havia liberado a torneira. O mesmo padrão de décadas atrás, disfarçado de mecanismo novo.

A Sabença recebeu a notícia no fim da tarde. Estava no tronco do angelim-pedra, a casca de tucumã já aberta, a pena pronta. Não escreveu imediatamente. Ficou olhando o rio baixo, sentindo o peso antigo daquilo que se repete.

Foi então que veio a sentença.

Nove anos e dez meses. Corrupção passiva. Lavagem de dinheiro. Desvios que vinham de contratos antigos com empreiteiras de longe — daquelas que um dia haviam financiado campanhas e depois cobrado a dívida em obras superfaturadas. O número ecoou pelo lavrado como trovão seco no fim da estiagem. Alguns bichos celebraram em voz baixa. Outros apenas baixaram a cabeça, como quem já sabia que o trovão raramente muda o curso do rio.

O Jabuti recolheu a cabeça para dentro da casca mais uma vez. Não em pânico. Com a calma de quem já havia visto tempestades passarem antes. Falou em nota que tudo era engano, que a Justiça haveria de reconhecer sua trajetória límpida, que o processo não tinha fundamento algum. E continuou andando. Devagar. Na mesma direção de sempre. Continuou candidato. Continuou falando em plateias cheias sobre experiência, sobre décadas servindo o lavrado. Ninguém no palanque mencionava fundações de concreto tomadas pelo mato.

Havia, porém, um rastro mais antigo e mais fundo que a vegetação ainda não cobrira por completo. Organizações de bichos da floresta — aqueles que viviam nas terras altas onde o garimpo abria feridas vermelhas na terra preta — apontavam o Jabuti, há décadas, como voz que defendia a abertura de territórios protegidos e a liberação do ouro ilegal. Não com gritos. Com indicação. Com emenda. Com silêncio cúmplice quando as máquinas avançavam e a água dos igarapés mudava de cor.

Dom Jacinto, ouvindo a notícia da condenação à beira do rio, apenas balançou a cabeça. Os olhos amarelos estavam mais fundos, como se a idade tivesse cavado neles novas camadas.

— Muda a estação — disse. A voz saiu baixa, quase um murmúrio contra a correnteza. — O jabuti não muda o passo. Às vezes nem a sentença muda.

A Sabença escreveu na casca mais recente da pilha, com a letra mais lenta que já usara:

Perguntamos sempre pelo rastro do jabuti, achando que ele aponta para onde ele está. Mas o rastro só aponta para onde ele já esteve. Quando percebemos, ele está três estações à frente. E a vegetação, cedo ou tarde, sempre acaba cobrindo o lugar onde a gente parou para olhar.

Ela baixou a pena. O sol já ia baixo. O mato, naquele terreno distante que a Cuia visitara, continuava crescendo sobre o concreto, paciente, sem pressa, como se soubesse que o tempo, no lavrado, sempre trabalha a favor de quem sabe esperar.

VII. O QUE CRESCER

(A cidade e seus custos)

*O crescimento sem distribuição é apenas a sombra de
uma árvore que não existe.*
— Provérbio do lavrado

A cidade cresceu.

A Coruja Sabença sobrevoou Boa Vista numa tarde de setembro — o céu daquele laranja seco que só o cerrado produz quando a fumaça das queimadas se mistura com o entardecer — e não reconheceu, por um instante, a cidade que havia visto nascer. Onde havia trilha de anta havia avenida. Onde havia igarapé havia canaleta de concreto. Onde havia silêncio havia o barulho constante de uma cidade que aprendeu a fazer barulho sem ter aprendido ainda a fazer silêncio de volta.

Havia duas universidades. Havia dois hospitais — o que não resolvia o problema de um estado do tamanho de um país europeu ter apenas dois hospitais, mas era dois a mais do que havia em 1988, quando o único recurso disponível era o avião para Manaus e a promessa de que desta vez o governador federal mandaria mais verbas. Havia prédios onde havia mato. Havia asfalto onde havia lama. Havia igrejas — muitas igrejas — onde havia silêncio de domingo.

A Cuia contava os recém-chegados na fila do mercado, nas filas do hospital, nas filas do INSS. Bichos do Maranhão que faziam a rota Norte há décadas em busca de emprego público. Bichos do Pará que conheciam a Amazônia e sabiam se virar na burocracia da floresta. Bichos do Sul que chegavam com dinheiro e projetos e a certeza de que terra barata significava oportunidade. A cidade absorvia todos com a indiferença generosa das cidades que crescem rápido demais para ter opinião sobre quem chega.

— Tem fila para tudo — ela disse a Manequinho. — Menos para entrar no esquema. Esse tem porta sempre aberta.

A cidade havia crescido em tudo: em prédios, em ruas, em carros, em igrejas, em bares, em lotéricas, em escritórios de advocacia com placas douradas. Crescera também, na mesma proporção, a faixa de terra batida nas periferias onde os bichos pobres construíam suas tocas com o que sobrava dos materiais das obras que não eram deles — um tijolo aqui, uma telha ali, a sobra de uma licitação superfaturada transformada em parede de casa humilde por mãos que nunca viam o dinheiro do contrato.

* * *

E então vieram os Donos do Horizonte.

Não chegaram de uma vez — chegaram como chegam os que têm dinheiro suficiente para não precisar de pressa. Primeiro foram as cercas: linhas de arame farpado que avançavam pelo lavrado como se o lavrado fosse uma folha em branco esperando ser dividida. Depois foram as máquinas — tratores de esteira que derrubavam a vegetação nativa com a eficiência de quem não precisa pedir licença porque já comprou a licença. Depois foram os grãos: soja, milho, arroz — o lavrado de buritis e murundus transformado em geometria verde e uniforme que do avião parecia um mapa de outro país.

Os Donos do Horizonte tinham escritório em São Paulo e fazenda em Roraima — uma combinação que permitia ganhar nas duas pontas e responder perguntas inconvenientes em nenhuma delas. Tinham advogados melhores que os dos cachicamos (bichos que ainda vamos apresentar), contadores mais criativos que os auditores do Tribunal, e uma capacidade de estar em conformidade com todas as leis ao mesmo tempo em que transformavam o lavrado em algo que o lavrado não havia pedido para ser.

— Eles são corruptos? — perguntou Manequinho.

— Alguns sim, alguns não — disse a Sabença. — O que são todos, sem exceção, são poderosos. E no lavrado, poder suficiente dispensa corrupção: você simplesmente reescreve as regras até que o que você faz seja legal.

— Isso não é pior que corrupção?

— É diferente — disse ela. — Corrupção ainda reconhece que existe uma lei que está sendo quebrada. O que os Donos do Horizonte fazem não quebra lei nenhuma. Eles *são* a lei. E essa é a diferença entre quem rouba a fazenda e quem compra o cartório.

* * *

A Coruja Sabença pousou finalmente no tronco do angelim-pedra — o mesmo de 1988, agora cercado pela cidade que havia crescido em volta — e olhou para as marcas na madeira onde os Mandamentos haviam sido proclamados.

A madeira estava viva ainda, mas as marcas da pena haviam desaparecido. Chuva, sol, cupins, anos — a madeira havia absorvido tudo e devolvido uma superfície lisa, sem memória visível.

Ela pensou nos bichos da primeira reunião: a emoção genuína, o choro da Cuia, os aplausos das patas e garras e focinhos, a sensação coletiva de que algo novo era possível. Pensou em quantos daqueles bichos ainda estavam vivos, e em quantos dos que estavam vivos ainda acreditavam no que haviam acreditado naquele dia.

Não era cinismo o que sentia — a Sabença havia vivido tempo suficiente para saber que cinismo é apenas ingenuidade que apanhou. Era algo mais difícil de nomear: a tristeza específica de quem viu uma coisa boa começar, viu ela crescer, e viu o crescimento consumir aos poucos a coisa boa que estava no começo.

A inocência, pensou a Sabença, não vai embora de uma vez. Vai embora como a madeira do angelim-pedra: devagar, por dentro, até que um dia você bate e descobre que o que parecia sólido é apenas casca.

VIII. A RAPOSA LOBINHO, OU A ARTE DE NÃO APARECER

(De sempre — e para sempre)

O ladrão que todos veem não é o ladrão que mais rouba.

— Provérbio do lavrado

Há um bicho no lavrado que os livros de zoologia descrevem com precisão e os moradores da cidade raramente avistam: a raposa lobinho.

Não é grande. Não é vistosa. Não tem o pelo dourado do mico nem a crina do cavalo nem o sólido casco do jabuti. É de cor parda, quase a cor da terra seca, com as orelhas um pouco grandes demais para o focinho e os olhos cor de mel que parecem sempre ligeiramente entornados — como se a raposa estivesse sempre calculando alguma coisa que prefere não explicar. Anda devagar quando não precisa correr. Quando precisa correr, já foi.

A Coruja Sabença levou anos para perceber que ela estava presente em todos os casos que havia registrado.

Não como protagonista — nunca como protagonista. Como sombra. Como rastro. Como o nome que aparecia uma vez num documento e depois sumia. Como o bicho que saía pela porta dos fundos enquanto a Polícia Federal entrava pela frente. O Lobo-Guará Grifo anotou em seu caderno preto, depois da Operação Praga do Egito: *"rastros de raposa na beira do igarapé, perto do escritório da NSAP. Nada que prenda."* Depois das buscas na represa das emendas: *"testemunha menciona raposa lobinho negociando repasse com prefeito do interior. Não identificada."* Depois da Operação Desvid: *"relatório de inteligência cita intermediária não nomeada na compra dos respiradores. Descrição física: pequena, parda, orelhas grandes."*

Sempre a mesma descrição. Nunca a mesma evidência.

* * *

Como entrar num galinheiro sem fazer barulho

A raposa lobinho não força portas.

Isso é o primeiro equívoco de quem tenta entendê-la — imaginar que ela age como o javali, que entra pelo estrondo, ou como a sucuri, que entra pelo abraço lento. A raposa lobinho entra pelo estudo. Antes de qualquer galinheiro, ela observa. Durante dias, às vezes semanas, ela fica

na beira do mato olhando: a que horas o dono acende a luz, a que horas apaga. Se o cachorro late para todo barulho ou só para os barulhos que reconhece. Se a cerca tem uma tábuia que cede no canto de baixo, onde a chuva apodreceu a madeira, mas ninguém teve tempo de consertar porque sempre tem outra coisa mais urgente.

E quando ela finalmente entra, entra por essa tábuia. Devagar. Sem barulho. Sem deixar pena.

A raposa lobinho havia aprendido, ao longo de muitos anos de lavrado, que o Estado roraimense era um galinheiro de tábuas podres. Não por acaso — por design. Cada gestão deixava uma tábuia nova sem pregar, uma fresta nova sem tampar, um procedimento novo sem regulamentar. Não porque os gestores fossem incompetentes — muitos não eram. Mas porque tábuia podre é patrimônio de quem sabe onde ela está. É o ativo específico de quem passou tempo suficiente observando.

E a raposa lobinho havia passado tempo suficiente observando.

* * *

O encontro com o Mandu

Foi numa tarde de terça-feira que a Raposa Lobinho procurou o Mandu.

O tamanduá-bandeira estava no fundo da associação de bairro, dando aula de matemática para três capivaras jovens que queriam passar no vestibular da universidade federal. A Raposa entrou sem bater, sentou-se numa cadeira de plástico branco no canto da sala e esperou a aula acabar com aquela paciência específica de quem já esperou coisas muito mais longas.

Quando os alunos saíram, ela falou.

— Ouvi dizer que você sabe muito de contas — disse ela.

— Sei de matemática — disse o Mandu, sem levantar os olhos dos cadernos que arrumava. — São coisas diferentes.

— Às vezes não são. — A Raposa cruzou as patas dianteiras com elegância de quem ensaiou o gesto. — Tenho um cliente que precisa de alguém que saiba olhar para uma planilha de licitação e encontrar onde o número foi... ajustado. Não para denunciar. Para entender. Para nos ajudar a fazer melhor da próxima vez.

O Mandu parou de arrumar os cadernos.

— *Fazer melhor* — ele repetiu.

— Com discrição — disse a Raposa. — E com remuneração adequada. Alguém com seu talento não deveria estar dando aula particular por cinquenta moedas a hora.

Houve um silêncio.

O Mandu olhou para a Raposa por um tempo longo — olhou com aquela atenção de tamanduá que examina o chão antes de enfiar o focinho, porque tamanduá que se precipita leva mordida de formiga. Olhou para as orelhas grandes demais. Para os olhos cor de mel ligeiramente entornados. Para as patas juntas com elegância de quem ensaiou.

— Não — disse ele.

A Raposa não pareceu surpresa. Levantou-se com a mesma calma com que havia sentado.

— Pena — disse ela. — Você teria sido bom nisso.

E saiu pela porta dos fundos antes que o Mandu pudesse responder.

Ele ficou olhando para a cadeira de plástico branco por um longo momento. Depois pegou os cadernos, apagou a lousa e foi embora.

Naquela noite, contou o episódio à Coruja Sabença.

A Sabença escutou tudo sem interromper. Depois perguntou:

— Você a descreveria para o Grifo?

O Mandu pensou.

— Não vi nada de concreto. Só uma proposta.

— Exatamente — disse a Sabença. — É assim que ela funciona. Nunca deixa nada de concreto. A proposta foi feita de forma que, se você fosse à polícia, soaria como mal-entendido. *Fazer melhor* pode significar qualquer coisa. *Remuneração adequada* também. A linguagem dela é à prova de gravação.

Mandu ficou quieto.

— Então o que se faz? — perguntou.

A Coruja Sabença baixou a pena na casca de tucumã.

— Se registra — disse ela. — E se lembra.

* * *

A Coruja Sabença escreveu aquela noite a entrada mais longa de todo o seu arquivo:

A raposa lobinho é o bicho que o sistema produz quando a impunidade dura tempo suficiente para criar especialistas. Não é produto da maldade — é produto da adaptação. Onde há décadas de tábuas podres, surgem bichos que sabem encontrá-las. Onde há décadas de envelopes sem rastro, surgem bichos que sabem carregá-los. Ela não é a causa da corrupção. É a sua forma mais evoluída: aquela que não precisa de violência, não precisa de escândalo, não precisa sequer de cumplicidade explícita. Precisa apenas de conhecimento — e de paciência para usá-lo na hora certa.

O Grifo pode prender o Dourado. Pode processar o Jabuti das Estações. Pode desmontar os Gafanhotos. Mas não pode prender um rastro. Não pode indiciar uma proposta que soa como conversa. Não pode condenar alguém por saber onde estão as tábuas podres.

A Raposa Lobinho continuará no lavrado depois que todos os outros tiverem ido embora. Porque ela não depende de nenhum deles. Ela depende apenas do galinheiro — e o galinheiro, enquanto houver tábua podre, sempre precisará de alguém que saiba onde ela está.

Dom Jacinto, que havia lido a entrada por cima do ombro da Coruja sem ser convidado, disse apenas:

— Escreve também que ela é daqui.

A Sabença levantou os olhos.

— Como assim?

— A raposa lobinho — disse o velho jacaré — é um bicho do lavrado. Nasceu aqui. Não veio de fora como o Coronel Brigadeiro, não chegou com diploma como o Caracará, não trouxe pelo dourado como o mico. Ela é nossa. Aprendeu aqui. Com o que a gente a deixou aprender. Silêncio.

— Isso muda alguma coisa? — perguntou a Coruja.

Dom Jacinto desceu para o rio sem responder.

E a Coruja Sabença ficou olhando para a casca de tucumã por um longo tempo, com a pena suspensa, sem saber se o que sentia era tristeza ou reconhecimento.

IX. O OURO NA BOLSA

(2020)

Agentes da PF encontraram R\$ 33 mil escondidos na cueca do senador, além de R\$ 10 mil e US\$ 6 mil em cofre.

— Do artigo que originou esta fábula

Dourado era, de todos os bichos que chegaram de fora, o mais belo.

O mico-leão-dourado tinha o pelo cor de braseiro no entardecer, os olhos ágeis de quem sabia antes dos outros onde o fruto maduro ia cair. Vinha do Rio de Janeiro — cidade de bichos que aprenderam a sorrir enquanto negociam — e carregava consigo aquela elegância de quem frequentou palácio antes de conhecer lavrado. Trabalhou com o presidente da República, fora deputado estadual, depois federal. Veio a Roraima na esteira do Coronel Brigadeiro, como vêm certos pássaros que seguem o gado: não por afeto, mas porque onde há movimento, há oportunidade.

Ficou. E ficou tanto que os mais jovens não distinguiam mais a diferença entre ele e os bichos de nascença. Tinha o dom da conversa — uma de suas frases favoritas era *no lavrado, todo mundo se conhece*, que ele dizia com aquela voz melosa e pausada que fazia os Preguiças da periferia sorrirem satisfeitos, como se estivessem sendo lembrados por alguém importante.

Dourado era senador. Havia sido eleito com votos de bichos que nunca tinham ido a Brasília, e voltou de lá com moedas que ninguém conseguia explicar direito de onde vinham — diziam os que sabiam contar, e alguns sabiam.

A Operação Desvid chegou numa tarde de outubro pesada de luto, quando a pandemia ainda matava bichos no único hospital da cidade e os respiradores custavam o triplo do preço porque alguém havia decidido que emergência era sinônimo de oportunidade. Agentes do Lobo-Guará Grifo encontraram o Dourado em casa. E o que encontraram nas dobras do pelo do mico-leão era uma fortuna sem explicação: trinta e três mil moedas enroladas no pelame da virilha, dez mil no cofre, mais seis mil em moedas estrangeiras que não circulavam no lavrado.

O escândalo explodiu como um caroá em chamas: barulhento, luminoso e breve.

A Cuia ouviu a notícia pelo rádio enquanto lavava a louça. Ficou parada por um longo tempo com a esponja na mão, olhando pela janela para o lavrado seco.

— Dinheiro na pelagem — disse ela. — Depois de tudo que já vimos, ainda tem graça de guardar na pelagem.

* * *

O que aconteceu depois foi uma lição de anatomia da impunidade: afastamento, licença mais longa que o afastamento, a cadeira mantida vaga até o escândalo esfriar. Voltou ao Senado como se nada tivesse ocorrido.

Cinco anos depois, o inquérito foi parcialmente arquivado. Não havia indícios mínimos.

A Coruja Sabença baixou a pena sobre a casca de tucumã e ficou assim por um longo tempo.

— Como se diz — ela perguntou finalmente — que moeda encontrada na pelagem de um bicho que fiscalizava recursos da pandemia não é suspeita?

Dom Jacinto abriu um olho.

— Se diz que o tribunal decidiu assim. E ponto.

A Coruja ficou olhando para as cascas de tucumã empilhadas ao seu lado — anos e anos de registros, cada escândalo em sua camada, cada operação em sua data, cada nome em sua letra miúda. O Escândalo dos Gafanhotos: vinte anos de processo para condenações que não impediram nenhuma carreira. O Doutor Caracará dos passeios na Itália entre feras africanas: toca domiciliar com varanda e televisão nas margens do Rio Branco. Aprendeu a cantar ópera. O Coronel Brigadeiro: outros cargos, mesma presença. O Jabuti das Estações: convênios represados, casca fechada, processo em recurso. E agora o Dourado: moedas na virilha, inquérito arquivado, cadeira no Senado intacta.

— Não é impunidade — disse ela, quase para si mesma. — Impunidade seria exceção. Isso aqui é padrão.

Dom Jacinto abriu o outro olho.

— No lavrado — disse ele devagar, como quem explica algo a uma criança que já deveria saber — a impunidade não é o que acontece quando o sistema falha. É o que acontece quando o sistema funciona exatamente como foi construído para funcionar.

A Coruja Sabença ficou em silêncio. Depois escreveu na casca de tucumã, com letra ainda mais miúda que o habitual:

Na terra dos bichos de Roraima, a punição é o desvio. A regra é outra.

X. A SERPENTE NO TRIBUNAL

(2023)

*A corrupção não viola a regra: ela a habita.
— Do artigo que originou esta fábula*

A Rainha das Águas veio, como as sucuris sempre vêm, sem que ninguém percebesse exatamente quando havia chegado.

Ela estava ali desde o começo — nos igarapés escuros, nas redes de favores que conectavam fazendas a secretarias, empreiteiras a contratos, compadres a cargos. Não era um bicho que se via; era um bicho que se sentia, depois, quando o abraço já estava dado e os pulmões já não tinham mais espaço para expandir.

O Tribunal das Contas havia sobrevivido à Praga do Egito com uma fratura apenas: um conselheiro Javali vindo de fora, de focinho esperto e mandato vitalício, havia se revelado aliado silencioso dos Gafanhotos — aprovando contas que não deveriam ser aprovadas, arquivando relatórios que não deveriam ser arquivados, com a tranquilidade de quem sabe que cargo vitalício é armadura contra qualquer tempestade. O Lobo-Guará Grifo havia anotado o nome no caderno preto. Os processos correram. O Javali continuou no cargo.

Ainda assim, o Tribunal resistia. Era ainda o único órgão da Confraria que mantinha alguma distância real do poder executivo. Era lá que os registros do erário eram revisados, que as licitações eram auditadas, que — em teoria, e às vezes na prática — os Mandamentos do angelim-pedra eram preservados. Os conselheiros eram vitalícios; uma vez nomeado, o bicho ficava até a aposentadoria, protegido da pressão dos ciclos eleitorais.

Era uma peça importante. E justamente por isso era a mais cobiçada.

A Rainha das Águas sabia esperar. Sucuri não caça no impulso — posiciona-se, estabiliza-se, e aguarda que a presa venha até ela por conta própria.

* * *

O novo governador era um fazendeiro do Mato Grosso que havia chegado ao lavrado trazido pela política federal — outro bicho de fora que havia se lavradeirizado com espantosa rapidez. Em maio de 2023, com o Governador embarcado em viagem internacional, a presidência do Executivo estadual passou provisoriamente ao presidente da Assembleia — um tamanduá-mirim de olhos rápidos que devia um favor antigo. E nessa tarde específica, com o sol de Boa

Vista caindo oblíquo sobre o palácio, a Assembleia se reuniu para eleger um novo conselheiro do Tribunal das Contas.

O nome indicado era o da Ema.

A Ema era a esposa do Governador. Ave de pescoço comprido, pernas velozes, olhar distante. Não era especialista em contas públicas — era especialista em ser a esposa de quem era. E isso, para aquela tarde específica, era suficiente.

O que a Coruja Sabença notou, observando a sessão da varanda, foi o rosto dos dezessete que votaram a favor. Não havia vergonha neles. Não havia o olhar desviado de quem faz algo que sabe errado — havia, ao contrário, a expressão serena de quem cumpre uma obrigação corriqueira. Um deles bocejou antes de levantar a pata. Outro consultou o celular enquanto aguardava a chamada nominal. Um terceiro sorriu para o fotógrafo logo depois do voto, como quem sorri numa festa de aniversário.

Era isso o que mais pesava: não a corrupção em si, mas a leveza com que havia sido praticada.

A Sabença lembrou da primeira reunião da Confraria, em 1988, quando os bichos se abraçaram sob o anelím-pedra como se liberdade fosse uma criança recém-nascida que precisava ser protegida. Lembrou do Coronel Brigadeiro, que ao menos disfarçava. Lembrou do Dourado, que ao menos escondia as moedas na pelagem — gesto torto, mas gesto que reconhecia a necessidade de esconder.

Aqui não havia nada para esconder. A vergonha havia se aposentado antes da Ema tomar posse.

Dezessete votos favoráveis. Nenhum contra.

A Rainha das Águas se enrolou, finalmente, em torno do último pilar do controle externo. Não com violência — com procedimento. Com ata. Com carimbo. Com a forma impecável da legalidade que esvazia o conteúdo sem manchar as mãos. Cada geração de bichos havia empurrado um pouco mais o limite do tolerável — devagar demais para que alguém acordasse num dia e dissesse: foi aqui que cruzamos.

* * *

A Coruja Sabença ficou acordada aquela noite inteira.

Havia algo diferente nesse caso. Nos casos anteriores — os Gafanhotos, o dinheiro na pelagem — havia violação. Havia desvio. Havia o gesto clandestino que precisava se esconder de alguma regra.

Aqui não havia nada disso.

A lei dizia que conselheiro do Tribunal de Contas era eleito pela Assembleia. A Assembleia elegeu. O processo foi seguido à risca. A posse foi feita com solenidade. A remuneração — 35 mil moedas por mês — começou a ser paga regularmente.

E agora a Ema, esposa do Governador, era a responsável por fiscalizar as contas do próprio marido.

A Sabença pensou nos Sete Mandamentos. Pensou em quantos anos havia levado para que cada um deles deixasse de ser lei e virasse lembrança. Não havia sido um golpe — havia sido uma erosão. Como o rio que vai comendo a margem: a margem não sabe exatamente o dia em que cedeu, sabe apenas que um dia estava firme e outro dia não estava mais.

— O que eu escrevo aqui? — a Sabença perguntou a Dom Jacinto, que havia chegado silenciosamente ao seu lado no escuro.

— Reescreve do jeito que ficou — disse o velho jacaré.

A Coruja Sabença ficou quieta por um momento. Depois, com a pena trêmula — trêmula não de medo, mas de cansaço acumulado de décadas —, riscou o terceiro mandamento e escreveu por baixo, em silêncio, letra tão miúda que quase se perdia na casca.

Dom Jacinto leu por cima do ombro dela e apenas assentiu.

— Assim está mais parecido com a verdade — disse.

Fez uma pausa. Olhou para as outras cascas de tucumã empilhadas ao redor da Coruja.

— Sabe qual é a diferença entre o primeiro dia da Confraria e hoje? — ele perguntou.

— Qual?

— No primeiro dia, os bichos tinham vergonha de fazer o que fazem hoje. Hoje não têm mais nem isso.

E desceu para o rio.

XI. OS CACHICAMOS DO NORTE

(2015 – 2025)

*A corrupção em terra de fronteira não precisa inventar
vítimas. Basta esperar que a desgraça as traga até a
porta.*

— Casca de tucumã nº 47, arquivo da Coruja Sabença

Eles chegaram no tempo em que o país vizinho esqueceu como se alimenta um povo.

Vieram a pé, pela estrada de Pacaraima, cruzando a fronteira com o que cabia num saco plástico: uma muda de roupa, uma fotografia, o nome de algum parente que havia partido antes e mandado dizer que do outro lado havia trabalho. Eram os cachicamos — chamados assim porque vinham dos lhanos do outro lado da serra, onde o nome local para o tatu é cachicamo —, bichos de carapaça dura forjada por anos de travessia, olhos pequenos acostumados a enxergar no escuro, garras feitas para cavar onde a terra resiste.

Chegaram aos milhares. Depois às dezenas de milhares.

O General Touro, desta vez representado por um emissário jovem e bem-intencionado, organizou na entrada da cidade um corredor que chamou de Acolhida — tendas, colchões, distribuição de alimentos, encaminhamento para o interior do país. Era genuíno, na medida em que coisas genuínas podem existir perto de tanto interesse. Os cachicamos que ficaram em Boa Vista foram parar nas calçadas do centro, nas periferias de terra batida, nos interstícios da cidade que os mapas não registram.

A Cuia os via toda manhã, na beira do igarapé, lavando as crianças antes de sair para o trabalho que às vezes existia e às vezes não.

— São como a gente era — ela disse a Dom Jacinto. — Antes da Confraria. Quando o Estado era de outros e a gente era de ninguém.

Dom Jacinto ficou olhando os cachicamos por um longo tempo.

— Pior — disse ele. — Pelo menos a gente entendia a língua dos que mandavam.

* * *

A Operação Cessatio chegou em 2025, mas o esquema funcionava havia anos.

Sete escritórios de advocacia — tocas engravatadas no centro da cidade, placas douradas nas portas, ar-condicionado trabalhando intensamente — haviam descoberto nos cachicamos uma mina mais segura que garimpo: bicho vulnerável não denuncia, não entende o que assina.

Prometiam o que prometem esses escritórios. Cobravam adiantado. Depois vinha o resto — papel falso, carimbo emprestado, um delegado aposentado com a mão ainda pesada da função antiga e a consciência leve o bastante para não pesar.

Dezesseis milhões de moedas desviadas. Dezesseis milhões que deveriam ter alimentado idosos e deficientes e que foram parar nas tocas dos advogados, nas comissões do delegado aposentado, nas engrenagens de um esquema que se alimentava exatamente de quem não tinha como se defender.

A Coruja Sabença ficou olhando o número por um longo tempo.

— O que me espanta — ela disse à Cuia — não é que roubaram dos cachicamos. É que roubaram *usando* os cachicamos. Fizeram deles a isca e a armadilha ao mesmo tempo.

A Cuia não respondeu imediatamente. Estava olhando uma família de cachicamos do outro lado da rua — a mãe com dois filhos pequenos, esperando o ônibus que levaria ao abrigo federal. A carapaça gasta. As garras que haviam cruzado a serra agora segurando uma sacola de feira.

— Eles vieram porque do outro lado estava pior — disse a Cuia. — E chegaram aqui e encontraram bichos esperando para usar exatamente isso: o fato de que do outro lado estava pior. De que qualquer coisa parecia melhor. De que a fome faz a gente assinar qualquer papel.

Dom Jacinto, que havia escutado em silêncio desde a margem, disse apenas:

— A Praga do Egito pelo menos usava bichos do lugar. Isso aqui é diferente. Isso é caçar bicho que não conhece nem o nome da estrada onde está.

O Lobo-Guará Grifo prendeu os responsáveis. Os escritórios foram fechados. O delegado aposentado perdeu o carimbo que já não deveria ter.

Os cachicamos continuaram chegando.

Porque do outro lado, diziam os que chegavam, continuava pior.

XII. O PERDÃO DA MANADA

(As eleições)

Parcela significativa do eleitorado roraimense reconduz sistematicamente ao poder agentes envolvidos em escândalos, apesar de denúncias e condenações.
— Do artigo que originou esta fábula

A coisa mais estranha que a Coruja Sabença havia observado em trinta anos de crônica era o perdão.

Não o perdão cristão, que ela conhecia das homilias do padre corvo que vinha uma vez por mês à comunidade ribeirinha. Mas o perdão eleitoral — aquele gesto específico em que o bicho caminha até a urna, sabe o que sabe, e vota naquele que sabe que sabe.

O governador cassado por compra de votos voltou candidato. O senador do pelo dourado voltou candidato. O deputado dos gafanhotos fundou novo partido e voltou candidato. E os bichos do lavrado, seca após seca, eleição após eleição, continuavam escolhendo os mesmos ou os filhos deles.

— Explica isso para mim — pediu Manequinho ao velho Dom Jacinto, numa tarde de campanha em que os carros de som passavam com músicas animadas e promessas de pavimentação.

Dom Jacinto ficou em silêncio por um tempo. Depois disse:

— Você já viu um bicho pequeno que depende de um bicho grande para se proteger?

— Sim.

— O bicho pequeno pode saber que o bicho grande é perigoso, pode ter medo dele, pode não gostar dele. Mas quando a chuva cessa e a savana pega fogo, o bicho pequeno corre para perto do grande. Porque no fogo, um inimigo conhecido é melhor que um desconhecido.

— E quando o fogo passa?

— Quando o fogo passa, já virou hábito.

* * *

A Cuia tinha uma explicação diferente, mais simples e por isso mais dolorosa.

— A metade dos bichos daqui depende do governo para comer — ela disse a Manequinho. — Quando o governador visita a comunidade com uma cesta de alimentos, não é corrupção que você está vendo. É o único almoço que vai entrar na toca daquela família aquela semana. Como você pede para um bicho com fome votar contra a mão que alimenta?

Manequinho ficou olhando o rio por um longo tempo.

— Então a corrupção não é o problema — disse afinal. — A corrupção é a solução que eles encontraram para o problema.

— Agora você está começando a entender — disse a Cuia.

* * *

Naquele mesmo dia, na praça central, um bicho condenado pela compra de votos num pleito anterior discursava para uma multidão de queixadas, capivaras e veados. Prometia hospital novo. Prometia estrada. Prometia salário-mínimo digno para os trabalhadores rurais.

A Preguiça, instalada em seu galho habitual com aquela expressão de perpétua beatitude, observava a cena.

— Vai votar nele de novo? — perguntou a Sabença.

— Vai ver que sim — disse a Preguiça. — Pelo menos eu sei o que ele faz com o dinheiro. Com os outros, não sei.

A Coruja não soube se rir ou chorar. Baixou a pena na casca de tucumã e escreveu:

A impunidade não existe porque os poderosos são fortes demais. Existe porque os fracos preferem um ladrão familiar a um honesto desconhecido. E preferem assim porque o sistema os obrigou a preferir.

XIII. O RIO AINDA CORRE

(Epílogo)

Roraima completa, em 2026, trinta e oito anos como estado federado. A mudança requer vontade política, fortalecimento institucional, engajamento social e, fundamentalmente, ruptura com os padrões de impunidade.

— Do artigo que originou esta fábula

No trigésimo oitavo ano da Confraria dos Bichos, a Cuia acordou antes do sol.

Saiu da toca devagar — os ossos velhos tinham suas reclamações próprias — e foi até o rio. O rio Branco estava baixo naquele setembro, como estava sempre naquele setembro, como estaria nos próximos. As capivaras de antes tinham sido substituídas por filhos e netos que não sabiam que havia um tempo em que o lavrado pertencia apenas às chuvas e aos sonhos.

Dom Jacinto estava lá, naturalmente. O velho jacaré-coroa havia envelhecido de um jeito que parecia impossível em um bicho já tão antigo — como se a idade tivesse encontrado novas camadas para sulcar. Os escudos do dorso carregavam marcas que a Cuia não reconhecia, de águas que ela não havia visto.

Ficaram os dois em silêncio por um tempo.

— Você acredita que vai mudar? — perguntou a Cuia, sem olhar para o jacaré.

Dom Jacinto demorou a responder.

— Acredito que o rio continua — disse ele finalmente. — O rio não mudou de direção. Mas cava o mesmo leito há milênios, e o leito vai ficando mais fundo a cada cheia. Talvez um dia chegue ao mar de um jeito diferente.

A Cuia sorriu — o sorriso cansado de quem viu muita água passar.

— Isso é esperança ou resignação?

— É o que é — disse Dom Jacinto. — No lavrado, as duas coisas às vezes são a mesma.

* * *

Naquela manhã, a Coruja Sabença releu tudo o que havia escrito nas cascas de tucumã acumuladas ao longo dos anos. Havia tantas delas que formavam uma pilha mais alta que ela própria — uma biblioteca de desapontamentos metódicos, cada um registrado com a mesma letra miúda e precisa.

Os Sete Mandamentos do anjelim-pedra haviam sido reescritos tantas vezes que a madeira não guardava mais a versão original. Estavam lá ainda os traços da proclamação de 1988 — mas sobre eles, camadas e camadas de emendas, exceções, ressalvas, notas de rodapé e asteriscos que tornavam cada mandamento uma obra de interpretação antes de ser uma obra de orientação.

Todo bicho do lavrado é igual (exceto os que são mais iguais).

O bem público é de todos (até ser nomeado).

Nenhum bicho eleito estará acima da lei (desde que não seja cônjuge de conselheiro de tribunal).

Manequinho chegou correndo, como sempre chegava, com aquela urgência juvenil que a Sabença invejava e ao mesmo tempo temia.

— Sabença! Soube das últimas? O bicho condenado no escândalo dos gafanhotos renunciou ao mandato de senador para assumir vaga de conselheiro do TCE. Outro lugar vitalício, sem risco de eleição.

A Coruja ficou imóvel por um momento.

— Claro — disse ela. — Claro que sim.

E escreveu na casca de tucumã, com a letra mais cansada de todas:

No lavrado, o bicho que não pode ser punido aprende a fazer da punição um trampolim.

* * *

No fim daquele dia, enquanto o sol afundava no lavrado tingindo o rio de cobre, Dom Jacinto disse uma última coisa à Cuia:

— Sabe o que distingue o lavrado de todos os outros lugares?

— Não.

— Que ele é tão grande e tão aberto que você vê tudo que está acontecendo. Não tem floresta para esconder. O sol bate em tudo. O problema é que quando todo mundo vê, mas ninguém age, a transparência se torna mais uma forma de impunidade.

A Cuia ficou pensando nisso por muito tempo. Até as estrelas aparecerem — aquelas estrelas densas do céu sem poluição de Roraima, que pareciam sempre mais perto do que deveriam.

— Então o que a gente faz?

Dom Jacinto abriu os dois olhos amarelos, olhou para ela de lado, como os jacarés olham.

— A gente registra. A gente lembra. E não deixa os mais jovens esquecer que os mandamentos do anjelim-pedra existiram, mesmo que já ninguém os possa ler mais.

E assim a Confraria dos Bichos chegou ao seu trigésimo oitavo ano — com o rio correndo, com o lavrado ardendo na estiagem, com os gafanhotos sempre prontos para a próxima estação, com os jacarés velhos nas margens lembrando de coisas que os outros preferiram esquecer.

E com a Coruja Sabença escrevendo, escrevendo sempre, na esperança de que uma casca de tucumã resistisse à próxima chuva.

NOTA DO AUTOR

Esta fábula é ficção. Os bichos aqui descritos não existem senão na imaginação. Qualquer semelhança com situações reais, operações policiais documentadas, escândalos de funcionários fantasmas, dinheiro encontrado em pelagem alheia, nomeações de cônjuges para órgãos de fiscalização, vendas de vagas em universidades públicas, fraudes contra migrantes vulneráveis, ou com o Estado de Roraima entre os anos de 1988 e 2025, é, naturalmente, inevitável.

Os dados que inspiraram esta narrativa foram coletados e analisados no artigo de pesquisa "*Estado Novo, Vícios Antigos: Patrimonialismo e Impunidade na História de Roraima (1988–2025)*", baseado em 23 operações da Polícia Federal, 12 processos judiciais, 15 relatórios do TCE-RR e 45 reportagens jornalísticas, todos de acesso público.

Os Sete Mandamentos originais ainda podem ser lidos — se alguém quiser procurá-los — na Constituição Federal de 1988, no Estatuto dos Servidores Públicos, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Improbidade Administrativa e em todos os outros instrumentos legais que foram escritos, ao longo de décadas, por bichos que acreditavam que palavras em papel resistiam mais que palavras em casca de tucumã.

Talvez resistam. Isso depende de quem os lê — e do que faz com o que leu.

Boa Vista, Roraima, 2026.

Os bichos

Os animais *locais* representam as populações e instituições nativas de Roraima: os que sempre estiveram lá, os que foram usados, os que resistiram, os que se cansaram de resistir.

Os animais *de fora* representam os que chegaram e moldaram a política do estado — inclusive aqueles que chegaram como agentes externos e se tornaram mais roraimenses que os roraimenses.

Os *Gafanhotos* não são personagens porque funcionários fantasmas, por definição, não existem como sujeitos: são apenas nomes, documentos, assinaturas, salários — os instrumentos da extração sem a responsabilidade da presença.

Fim